

O supremo político

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

A política brasileira é ciclotímica desde tempos imemoriais. Não há vencedores absolutos nem perdedores definitivos na história do Brasil. Todos se acomodam de maneira que o objetivo é sempre o consenso. Essa é uma norma não escrita. Sempre que surge alguém disposto a denunciar, avançar em reformas estruturais, o tempo se encarrega de reduzir o ímpeto de quem diverge do centro. A escravidão foi protelada até que a princesa Isabel, que não era dedicada à política e aos políticos, assinou a Lei Áurea. Um ano depois, o Império caiu e foi substituído por uma República hesitante, monitorada por militares. Uma fábrica de crises que existe até hoje.

Em tempos recentes, a operação Lava-Jato foi saudada por todos aqueles que desejavam modernizar a política nacional. Acabar com os desvios de verba, sobretudo aqueles verificados na Petrobras. Muita gente confessou, devolveu milhões de dólares à petroleira e bom número de políticos foi preso, inclusive o então ex-presidente Lula. Por intermédio de uma hermenêutica complexa, o STF foi liberando um a um todos os acusados, inclusive Lula, o metalúrgico, que se transformou, pela terceira vez, em presidente da República. Nada é definitivo na história do Brasil. Em política, se morre várias vezes.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal, por diversas circunstâncias, se transformaram, nos últimos anos, numa espécie de consciência nacional. O ex-presidente Jair Bolsonaro tentou de todas as formas encontrar o caminho para o golpe de Estado. Criticou nomeadamente os ministros do STF, falou mal das

urnas eletrônicas, exaltou o poder dos militares e ameaçou não cumprir decisões judiciais. Suas excelências se expuseram demais em entrevistas públicas sobre os mais diversos assuntos, chegando, inclusive, a apresentar projeto de governo.

De repente, o Egrégio Colegiado transformou-se em trincheira para defender a democracia brasileira. Os ministros responderam aos ataques recebidos e à violência cometida contra o prédio do STF e, em especial, seu plenário. Eles fizeram política. Aliás, não há um Supremo, existem 11 Supremos, cada ministro tem espaço suficiente para exercer seu trabalho. E opinar sobre os caminhos a serem percorridos pelo país. Não há dúvida de que os ministros, em alguns momentos, foram além da linha vermelha, a que não pode ser ultrapassada.

A proposta de emenda constitucional aprovada pelo Senado por 52 a 18 não muda a essência da rotina dos trabalhos da suprema corte. Recentemente, o jurista Joaquim Falcão perguntou a um presidente do STF como é elaborada a pauta de uma sessão plenária. A resposta é impressionante: por uma funcionária de segundo escalão. Algumas mudanças já tinham sido objeto da preocupação da ex-presidente Rosa Weber. Ela determinou prazo para o pedido de vista. Ela, aliás, cumpriu brilhantemente sua presidência sem dar entrevistas, nem se pronunciar sobre a política brasileira. Discreta, fez valer sua opinião sem provocar nenhum tumulto.

O presidente Roberto Barroso, ao lado de Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, criticaram a proposta de emenda à Constituição

em declarações feitas durante sessão do STF. O ministro Barroso "não vê razão" para mudanças em seu funcionamento. O presidente do STF também afirmou que há temas "importantes e urgentes" que deveriam estar sendo debatidos. Gilmar Mendes foi mais incisivo: "É preciso altivez para rechaçar esse tipo de ameaça de maneira muito clara. Essa Casa não é composta por covardes. Essa Casa não é composta por medrosos".

O ministro Alexandre de Moraes disse que "a discussão de ideias e o aprimoramento das instituições são importantes instrumentos da democracia. Mas não quando escondem insinuações, intimidações e ataques à independência do Poder Judiciário. E principalmente a independência deste Supremo Tribunal Federal".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, surpreendeu. Deixou a tranquilidade dos mineiros (ele nasceu em Rondônia, mas faz política em Minas) e reafirmou a competência do Senado para propor legislação, inclusive para modificar a rotina do Supremo Tribunal Federal. Ele afirmou que não houve preocupação em confrontar o Supremo, apenas de evitar que uma pessoa, um ministro, monocraticamente possa modificar atos do presidente da República, quando ele é competente para praticar aquele ato. A PEC pretende que as decisões sejam resultado da votação de todo o colegiado.

Trata-se de uma crise com desfecho anunciado. O presidente Artur Lyra deverá colocar a PEC em majestosa gaveta. Mas esse movimento tem preço. Vai se tornar em uma espada de Dâmocles sobre a cabeça dos ministros. Negociar será preciso. Se não, a crise retornará.



Pauta verde do Congresso impulsiona o Brasil para a vanguarda da economia

» ARNALDO JARDIM
Deputado federal (Cidadania-SP) e presidente da Frente Parlamentar do Brasil Competitivo e da Frente da Economia Verde

O Brasil se orgulha de ter a maior Floresta tropical do mundo — a Amazônia —, mas precisa ir além, deixar para trás a discussão sem sentido de que desenvolvimento do PIB e meio ambiente são antagônicos para demonstrar que consegue compartilhar crescimento e preservação. Um país onde a neointustrialização tenha a marca agrossustentável, e se confirmem os princípios ESG (environmental, social and governance), orientando o setor de serviços e o próprio poder público. Nosso bioma é diverso, nossa energia é limpa, fomos abençoados pela natureza (já diria Jorge Benjor). Por que insistimos em não aproveitar esse potencial natural da melhor maneira possível?

Essa mudança de ventos pode ser sentida tanto no Congresso quanto no Poder Executivo. E fincou raízes robustas na narrativa e nos planejamentos estratégicos elaborados pelo setor produtivo. E não estamos falando apenas de ações para dar resposta às exigências da sigla ESG. Falo de iniciativas concretas, de projetos inteligentes e robustos, de linhas de financiamento específicas, de preocupações com iniciativas inclusivas que abracem comunidades carentes, ribeirinhas e indígenas.

Presenciei isso no encontro do Movimento Brasil Competitivo, realizado no fim de outubro, em São Paulo, e saí de lá muito feliz por isso tudo e ainda mais animado. Feliz porque, onde passo a maior parte dos dias da semana — o Congresso Nacional —, esse debate verde

também chegou. E com força. Apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, nós, parlamentares, estamos debruçados sobre uma série de projetos que poderão transformar o Brasil na vanguarda do debate mundial nessa área da economia.

Como disse antes, insumos para falar alto e com autoridade sobre esse assunto nós temos. E por que não buscávamos esse protagonismo? Talvez por medo, talvez por comodismo, talvez por simplesmente ficarmos acuados diante dos dedos que nos apontavam do exterior. Não digo que erros não foram cometidos, mas não somos vilões nesse debate. E, agora, podemos ser a locomotiva a puxar o mundo por novos trilhos.

No último dia 25 de outubro, apresentei o Projeto de Lei nº 5174/23, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), cujo objetivo é o fortalecimento das energias renováveis, financiando a descarbonização da economia nacional. Como? Incentivando a criação de uma indústria de hidrogênio, por meio de um Fundo Verde e mecanismos tributários incentivadores, a exemplo do que fazem países como Alemanha e Estados Unidos.

Precisamos de investimentos, de inovação e pesquisa, de legislação e regulação, de políticas públicas eficientes e tudo com ousadia. Acordamos para essa necessidade e não vamos voltar a dormir na mata. Criamos um Fundo Garantidor porque de nada adianta sermos sustentáveis ambientalmente e degradados

fiscalmente. O crescimento econômico e a inclusão social não suportam novos atrasos de nossa parte. Não temos apenas o Paten, temos mais a debater. O Senado aprovou o PL do novo mercado de carbono, e ele, agora, está na Câmara, pensado a outros projetos de igual teor. O governo recentemente encaminhou ao Legislativo o PL do Combustível do Futuro, do qual tenho a honra de ser o relator. Temos também projetos para uma política nacional sobre mudanças do clima e para a criação de uma política nacional de economia circular.

A equipe do ministro Fernando Haddad, na Fazenda, prometeu anunciar, até o fim do ano, um amplo leque de ações econômicas sustentáveis, dentro da proposta de um plano de transformação ecológica. O Brasil, que sempre foi voz ativa nos fóruns internacionais sobre o clima, sediará, em 2025, a COP 30, em Belém, no coração da região amazônica. Ou seja, muita coisa há de vir.

Em 1964, no carnaval carioca, a Império Serrano, tradicional escola de Madureira, entrou na avenida com um samba que se tornou imortal, chamado Aquarela Brasileira, e que terminava assim: "Brasil, essas nossas verdes matas/Cachoeiras e cascatas/De colorido sutil/E esse lindo céu azul de anil/Emolduram em aquarela o meu Brasil". Quase 60 anos depois, setor produtivo, classe política e sociedade se unem para pintar essa aquarela com cores ainda mais fortes para tornar o Brasil mais competitivo, justo e inclusivo.

O drama do dorama: como uma palavra dá a volta ao mundo

» MARIA LUIZA CUNHA LIMA
Professora titular do Departamento de Português da Universidade Hankuk de Estudos Estrangeiros, em Seul, graduada em letras pela UFPE e doutora em Linguística pela Unicamp

A Academia Brasileira de Letras incluiu no Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa a palavra dorama — produções televisivas de países do leste asiático, especialmente coreanas. A novidade foi recebida com comemoração e alegria pelos chamados dorameiros, mas gerou desconforto e protestos de uma parte da população, que inclui a comunidade coreana.

Os descontentes reclamam: "Está errado! Essa palavra é do japonês! Não pode ser usada para falar de produções sul-coreanas". Quem se incomoda com o uso de dorama para produções coreanas sente-se assim porque a origem japonesa da palavra deixa um travo amargo, já que Japão e Coreia têm um passado conturbado e, muitas vezes, a Coreia foi oprimida pelo Japão. Esse grupo propõe o uso da palavra Kdrama para indicar as produções coreanas.

Mas será que o dicionário errou mesmo? Para responder, temos que seguir a história das palavras e as voltas que o mundo dá. E precisamos saber qual o critério para uma palavra entrar no dicionário.

Dorama, antes de chegar ao Brasil, viajou pelo mundo todo e vestiu-se com muitos significados. Dorama vem do inglês drama que, por sua vez, surgiu no grego antigo e se referia ao teatro. Com o tempo, drama mudou em muitas línguas para as quais foi transportada, passando a significar uma história com tensão e conflito, o contrário de comédia. Também passou a significar uma situação tensa e triste. E pode significar uma reação exagerada a uma situação, como em: "Esse rapaz sempre faz um drama".

Na década de 1950, drama foi dos Estados Unidos para o Japão e a Coreia do Sul, adaptando-se à pronúncia das línguas locais. Não só a pronúncia se afastou da origem, mas a palavra também assumiu novo sentido. Drama passa a se referir, nesse contexto, a produções para a televisão.

A palavra, com a pronúncia japonesa, dá a volta ao mundo outra vez e vem para o Brasil, mudando mais uma vez de significado. E assim segue mudando: o português não segue o japonês, que não segue o inglês, que não segue o original grego. Essa é a vida das palavras. É fácil encontrar muitas palavras e expressões com histórias assim. Ao mudar de lugar, com o passar do tempo, elas vão se transformando.

Aparentemente, a palavra foi usada, pela primeira vez, na internet brasileira em 1990, já se referindo a produções da Coreia do Sul. As menções a dorama crescem muito nos anos seguintes e, de acordo com o Google, dorama já apareceu em páginas brasileiras mais de 3 milhões de vezes. A expressão kdrama apareceu um pouco mais tarde (1996) e soma apenas 632 mil menções no Google brasileiro, cinco vezes menos do que dorama.

A verdade é que dorama é usado por falantes brasileiros para se referir a produções televisivas do leste asiático, especialmente, coreanas. Uma busca superficial nos grupos de Facebook com títulos como "Loucos por Dorama" ou "Fãs de dorama" vai mostrar que ao falar de dorama, os brasileiros estão, em sua grande maioria, falando de produções coreanas. Há o consumo de produções televisivas de outros países, mas existe um claro favoritismo e preferência por produções da Coreia do Sul.

Algumas pessoas se incomodam com isso porque elas gostariam que o dicionário não "validasse" um uso "errado". Mas aí está o equívoco. Um dicionário não consegue inserir ou retirar uma palavra da língua. O dicionário, se bom, serve como um rico e fiel repositório das palavras usadas e registra o maior número de sentidos em circulação. Serve para que qualquer usuário, ao consultar uma palavra, encontre a explicação do que ela significa e do que ela está significando em certo contexto.

O dicionário ideal é um registro que captura, com a máxima riqueza, o que acontece com a língua. Quem faz o dicionário é como um zoólogo que observa um ecossistema anotando e descrevendo todas as espécies que encontra. Registrando que uma espécie foi extinta ou dando notícia de uma nova espécie.

A comunidade que se sente afetada pelo uso pode combatê-lo na vida, no discurso das pessoas. Mas se queixar ao dicionário é como se queixar ao zoólogo da presença de uma espécie invasora, como se o registro em dicionário tornasse a palavra "real".

Os falantes de uma língua podem advogar por uma palavra ou combater o uso de outra. Isso é parte do nosso processo de construção do discurso público. Mas se dorama tem um defeito de origem, Kdrama tem os próprios problemas. Para começar, é inglês, não português e, ao contrário de dorama, foge das regras de pronúncia e sintaxe do português. Coreia em português é com C, não K. Além do que, a ordem em português é nome-nacionalidade (drama coreano, série coreana) e não "coreano drama". A adoção forçada da palavra criada para o mercado norte-americano ecoa também as opressões que tanto se quer combater quando falam de dorama.

Mas o debate está aí para isso, vamos discutir o que queremos dizer com as palavras, como as palavras repercutem. Enquanto isso, os dicionários, com capricho, devem ir anotando cada volta que a palavra dá.